

Shopping Popular funciona, mas não emite notas fiscais

Sem ter endereço, ex-camelôs nem têm como fazer cadastro de empresa

CPDoc JB

Lia Kunzler

Depois de mais de dois meses sem trabalhar nas ruas, vendedores do Shopping Popular reclamam da falta de iniciativa para resolver os problemas surgidos com a categoria. Os ambulantes ainda não conseguiram fazer o cadastro de empresa — necessário para o trabalho legal deles — as promessas para revitalizar o espaço ainda não saíram do papel e a infra-estrutura começa a ficar precária para a quantidade de feirantes que serão abrigados na nova feira.

De todos os impasses, o maior problema dos feirantes atualmente é a dificuldade de conseguir o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Esse registro é obrigatório para todos que queiram abrir uma empresa. Com esse número, o comerciante pode emitir notas fiscais, recolher impostos e funcionar legalmente.

Mesmo atrás do registro e querendo sair da informalidade, os feirantes esbarram na burocracia e não conseguem receber o sonhado cadastro de empresa. O registro é emitido pela Recita Federal, um órgão do Ministério da Fazenda. A média para o cadastro ficar pronto é de 24 a 48 horas, dependendo da apresentação completa de documentos.

Tentando facilitar a vida dos novos empresários, a Secretaria de Governo, em parceria com a de Desenvolvimento Econômico, montou no local um posto do Na Hora Empresarial, agência similar às que emitem identificação em menos de uma hora. A idéia era concentrar no próprio local de trabalho todos os órgãos necessários para a emissão do CNPJ e reduzir o tempo que os feirantes ficariam sem trabalhar.

Jogo de gato e rato

Mas desde o início de maio, quando os feirantes foram obrigados a sair das ruas, eles esperam que detalhes importantes sejam resolvidos para que as novas empresas possam deslanchar. O chamado detalhe, na verdade é uma determinação básica: falta definir se o Shopping Popular está na área do Plano Piloto, do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) ou no Cruzeiro.



NOVO SHOPPING — Número de feirantes supera o programado e infra-estrutura começa a ficar precária

Sem o endereço determinado, os feirantes não podem pedir o registro dos comércios. Atualmente, quem funciona no local continua na ilegalidade, sem emitir nota fiscal.

— Já pedimos para o secretário de Governo, José Humberto e para o (secretário de Justiça) Raimundo Ribeiro conseguirem que isso seja resolvido, mas não tivemos como desenrolar esse impasse de jeito nenhum — reclamou o presidente da Associação do Shopping Popular, Caio Donato.

Nem mesmo dentro do GDF existe uma definição de quem está responsável pela definição do endereço. A Administração de Brasília aponta em direção da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Esta, por sua vez, alega que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma) está à frente deste caso específico. A Seduma não soube responder qual o seu envolvimento no caso. Uma coisa é certa, o CNPJ para os comerciantes não sai sem esse acerto.

Uma saída apontada pelo governo é que os feirantes poderiam requerer o CNPJ como autôno-

Não se definiu até agora se shopping está no Cruzeiro, no Plano Piloto ou mesmo no SIA

mos, em vez de um estabelecimento de comércio. Isso necessitaria de uma orientação da própria associação dos feirantes, que reclama da omissão do GDF.

Promessas não mantidas

Além da dificuldade para dar um pontapé inicial no empreendimento, os feirantes reclamam que as foram feitas promessas para retirá-los das ruas, mas quase nenhuma foi cumprida.

— Apenas uma se concretizou, a da abertura de crédito facilitado junto ao Banco de Brasília. A campanha publicitária, as linhas de ônibus direto para o shopping e a construção de uma parada de ônibus nunca saíram do papel — reclamou Caio Donato.

Segundo o governo, uma campanha já está sendo vinculada nas rádios e nas ruas do Distrito Federal.

Uma campanha mais forte será feita quando mais boxes forem instalados no local. Atualmente, cerca de 30% dos feirantes, apenas, estão funcionando.

A construção de um grande ponto de ônibus em frente ao prédio do shopping está impedido, segundo o Departamento de Estradas e Rodagem, por causa das obras de reforma da Epia.

A situação dos ônibus é ainda mais complicada. O secretário dos Transportes, Alberto Fraga, espera o funcionamento a pleno vapor do shopping para que a demanda por transporte fique clara.

— Não podemos colocar uma linha sem antes sabermos se vai ter gente para andar nos ônibus. Quem vai querer operar nesse trajeto? — questiona Fraga.

Nesse meio tempo, enquanto o Shopping Popular parece não conseguir engatar a primeira marcha, os feirantes reclamam do ônus com o qual vem arcando desde o início do ano, quando a primeira inauguração do local estava marcada.

— Estamos sem condições de trabalhar. Se não melhorar vamos voltar para as ruas — ameaçou o representantes dos antigos ambulantes.